

AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 353- Novembro / 2008



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

MONOPÓLIO ESTATAL VERSUS OLIGOPÓLIO PRIVADO

O geólogo e exploracionista João Victor Campos, representando a AEPET em audiência pública no Senado Federal, defendeu o monopólio estatal do petróleo, a reformulação da Lei 9478/97 e a repatriação das ações da Petrobrás vendidas em Nova Iorque.

O Senado Federal, através da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, promoveu, no dia 08/10, a audiência pública "As novas tecnologias de prospecção de petróleo nas camadas de pré-sal". Para debater a questão, foram convidados o geólogo João Victor Campos, que representou a AEPET; o gerente executivo do Centro de Pesquisas da Petrobrás, Carlos Tadeu da Costa Braga; o superintendente da ONIP, Aloísio Nóbrega; e o secretário de Energia e Assuntos Internacionais do Estado do Rio Grande do Norte, Jean-Paul Prates.

"A melhor maneira de se conseguir transformar a riqueza do pré-sal em benefícios para a atual e as próximas gerações de brasileiros é utilizar a Petrobrás como seu agente executor", afirmou o exploracionista João Victor Campos, em sua apresentação aos senadores. Ele destacou que a AEPET aproveita aquela oportunidade para manifestar a sua apreensão, tendo em vista os acontecimentos que ora se desenrolam no País e suas implicações para o futuro da nação, após a descoberta do pré-sal. Nesse sentido, o geólogo apresentou três propostas fundamentais da AEPET:

1. Modificar a Lei 9478/97 para que prevaleçam os interesses nacionais:

Por ser incoerente e inconstitucional. Nos seus artigos 3º, 4º e 21, ela diz que as jazidas e o produto da lavra do petróleo são da União, mas o seu artigo 26, contrariando os artigos citados e a própria Constituição, diz que o petróleo é de quem o produz.

Para garantir a propriedade do petróleo para a União (povo brasileiro). A propriedade da União permite o uso do petróleo como estratégia de geopolítica.

Exemplo: garantir fornecimento a países dependentes em troca de interesses do Brasil; impedir a produção predatória das jazidas; ou exportação que contrarie a estratégia nacional.

Para impedir a pressão por pressa na produção sem levar em conta a relação Reserva/Produção mais adequada aos interesses nacionais. Se esta pressão for aplicada ao pré-sal, vai significar, somente, a obrigação de a Petrobrás aceitar parceiros estrangeiros para produzir, mas, neste caso, dividindo a produção com esses parceiros.

2. Elevar a participação da União para o nível internacional, através de mudança do marco regulatório (Lei 9478/97).

No mundo, os países exportadores ficam, em média, com 84% do produto da lavra do petróleo. Os países da OPEP ficam com a média de 90%. No Brasil, essa participação vai de 10 a 45% apenas. É possível aumentar essa participação via Decreto. Mas, a inconveniência vem do fato de que o destino dessa arrecadação está inadequado. Essa arrecadação tem que ser usada para fins sociais: saúde, educação, infra-estrutura, segurança, meio-ambiente, combate à miséria e outros altamente necessários.

É preciso também garantir a propriedade da União, como forma de evitar que esse repasse não seja manipulado contabilmente, como é comum entre as empresas.

3. Eliminar os leilões e encarregar a Petrobrás de produzir o pré-sal.

De autoria do ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer, essa pro-



"A melhor maneira de conseguir transformar a riqueza do pré-sal em benefícios para a atual e as próximas gerações de brasileiros é utilizar a Petrobrás como seu agente executor."

posta contribui com a defesa dos interesses nacionais por diversas razões:

I) a Petrobrás pesquisou, investiu e correu riscos sozinha durante 30 anos nessa província;

II) a empresa tem 40% de suas ações em poder da União. Logo, se lhe couber 15% da lavra, 40% disto é creditado também à União;

III) os leilões devem ser suspensos de imediato;

IV) nossas reservas atuais [de 14 bilhões de barris] garantem a auto-suficiência por mais de 10 anos;

V) a Petrobrás tem mais recursos em caixa e crédito internacional do que qualquer outra empresa multinacional.

Continua na pág. 3

O SEMPRE PRESENTE E SERENO SYDNEY REIS

A AEPET recebeu diversas mensagens de solidariedade de lideranças sindicais de petroleiros e de outras categorias, autoridades estaduais, além de dirigentes partidários, entre outros, prestando solidariedade à senhora Sônia Reis, viúva, e Dra. Elaine Santos, filha, na despedida ao saudoso Dr. Sydney Reis Santos, que faleceu no dia 04/10/2008.

(Pág.4)

As propostas do ACT e o futuro do pessoal da ativa

Continuar a luta, rejeitando também esta proposta que não é boa para ninguém, a não ser para a empresa.

(Pág. 2)

ACT: Petroleiros rejeitam proposta da Petrobrás

No dia 27/10, os aposentados realizaram assembléia no Sindipetro-RJ, para analisar as propostas da Petrobrás nas negociações do ACT. Na oportunidade, o diretor de Pessoal da AEPET, Pedro Carvalho, defendeu a luta contra as discriminações entre ativos e aposentados.

(Pág. 3)

Editorial

BOMBA AMEAÇA A PETROBRÁS

Iniciado no governo FHC, o processo de achatamento salarial dos empregados da Petrobrás e, de forma radical, o salário dos aposentados, foi em obediência às pressões do acionista norte-americano, que quer se livrar dos encargos da Petros. Esse processo prosseguiu no governo Lula, sob o comando de sindicalistas que, por conhecerem os pontos fracos dos sindicatos, montaram um esquema de divisão e enfraquecimento da categoria. Assim, com ameaças e assédio moral conseguiram implantar uma repactuação onde direitos são trocados por três benefícios. Pensam que estão fazendo um bem à Petrobrás, mas, na realidade, estão pondo em total risco a permanência dos técnicos e a capacitação tecnológica da empresa.

Segundo o Dieese, as perdas [de 1994 a 2003] atingem 79%, podendo chegar a mais de 100% se considerarmos períodos anteriores. O mercado comprova: o salário inicial do BNDES é de R\$ 7.000; o do BACEN é de R\$10.000; o concurso do IPEA oferece salário inicial de R\$ 10.900. Enquanto isto, o salário inicial da Petrobrás, bruto, é de R\$ 4.871. Um engenheiro com 6 anos de Petrobrás e todas as promoções no tempo mínimo é de R\$ 6.000!

Com o advento do pré-sal e a perspectiva de demanda colossal de mão-de-obra (mais de 100.000 empregados de nível superior, entre empregos diretos e indiretos), a Petrobrás será a grande fornecedora para os seus concorrentes. O grande diferencial da Petrobrás foi encerrado: o Plano Petros BD foi substituído por um Petros 2, que nivela, por baixo, a empresa com as concorrentes. No hora que iniciarem as obras das concorrentes, como a Petrobrás segurará seus técnicos? A diretoria atual será responsável pela destruição da capacitação da empresa.

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira

Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / Vice: Felipe C.C. Coutinho

Administrativo: Ruy da S. Gesteira / Vice: Roldão M. Fernandes

Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / Vice: Henrique Sotoma

Cultural: Sílvio Sinedino / Vice: Ricardo Latgé M de Azevedo

Dir. da área de acompanhamento jurídico: Sydney Reis Santos

Vice: Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / Aepet-BR: Adalberto César P. Costa / Aepet-Macaé: José Carlos L. de Almeida / Aepet-NS: Solon Mauro S. Fagundes / Aepet-SE/AL: Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / Espírito Santo: Paulo W. Magalhães - S. José dos Campos: Clemente F. da Cruz / Curitiba: Ernesto G. R. de Carvalho / Pernambuco: Adelmo José Leão Brasil / Brasília: Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)

Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Mestre Artes Gráficas

Tiragem: 20 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

COLUNA DO ASSOCIADO

Pedro Carvalho - Dir. de Assuntos de Pessoal



As Propostas do ACT e o futuro do Pessoal da Ativa

A Petrobrás vem de apresentar, sob o olhar benevolente e a conivência da FUP, uma nova proposta de ACT, que prima pelo desprezo aos seus empregados da ativa e também aos aposentados e pensionistas.

A proposta é um verdadeiro escárnio para com aqueles que trabalham na Empresa e prejudica mais ainda os aposentados e pensionistas.

Nesta nova proposta, a Petrobrás oferece um aumento geral de 6,17 % para todos (IPCA), um aumento da contribuição da AMS (grande risco) de 9,89 % (era anteriormente 8,82%), e um aumento na RMNR 9,89 %.

Anuncia ainda que 'A Petrobrás mantém a proposição de que o Comitê Nacional da AMS inicie estudos sobre o custeio do plano visando a sua sustentabilidade no futuro, a manutenção da rede credenciada e a qualidade do benefício.'

Ora, tal item já se constitui em nova ameaça de aumento para a AMS, ou de sua retirada do

uso de aposentados e pensionistas no futuro, como já alertávamos na época da campanha da repactuação.

A proposta atual representa para os ativos uma nova redução dos seus futuros valores de aposentadoria, pois as parcelas ora majoradas não são incorporadas ao salário nem sofrem descontos para a Petros.

Com tais propostas, a Petrobrás e a FUP estão comprometendo seriamente o futuro do pessoal da ativa, pois, além disso, aqueles que aderiram ao Plano Petros 2 estão sob a ameaça de uma redução maior ainda da sua futura aposentadoria face a atual crise financeira que assola o mundo. O plano Petros 2, por ser um plano de capitalização, sofre a influência das flutuações da bolsa de valores e de outros ativos em que o patrimônio desse fundo é aplicado. A crise financeira global pode afetar seriamente o patrimônio do Plano Petros 2. Vejam o artigo do

atuário Clovis Marcolin no portal da AEPET sobre o Plano Petros2.

Quanto aos aposentados e pensionistas, o prejuízo continua, pois a Petrobrás e a FUP insistem na política discriminatória em relação aos seus antigos empregados.

Então, o que fazer ?

Continuar a luta rejeitando também esta proposta que não é boa para ninguém a não ser para a empresa.

Para nossos colegas da ativa, peço que pensem um pouco no seu futuro e no de seus familiares. Não sejam imediatistas pensando só no que vão receber agora. Pensem também que podemos deixar este mundo a qualquer momento e que a aceitação de tais propostas poderá prejudicar grandemente a situação de seus cônjuges e filhos, pois tanto a aposentadoria, a pensão e o pecúlio por morte serão grandemente reduzidos.

DR. ROGÉRIO DERBLY SE REUNIU COM PARTICIPANTES DA PETROS PARA ESCLARECER SOBRE AS AÇÕES JUDICIAIS

O advogado Rogério Derbly proferiu uma palestra aos empregados do Sistema Petrobrás (aposentados, pensionistas e ativos), no dia 29/10, no Sindicato dos Advogados, no centro do Rio de Janeiro. Ele falou sobre as diversas ações judiciais que visam proteger os direitos dos petroleiros em relação ao Plano Petros, ameaçados pelas repactuações (I e II), bem como assegurar os Níveis Salariais e a RMNR. Na oportunidade, o advogado respondeu também às perguntas dos presentes.

Dr. Derbly ressaltou, em primeiro lugar, a questão da repactuação do Plano Petros, lembrando que tal processo visa a atacar o regulamento do plano, notadamente o artigo 41, que garante a vinculação dos vencimentos entre o pessoal da ativa e os aposentados. Ele explicou, ainda, que esta ação em defesa dos participantes já chegou ao TST (Tribunal Superior do Trabalho) e até ao STF (Supremo Tribunal Federal), mas o ministro do STF, Marco Auré-

lio Mello, respondendo a um agravo de instrumento do Sindipetro-Alagoas/Sergipe, disse que a competência nesta questão é da Justiça Trabalhista.

Já foram tomadas 150 decisões concedendo reajustes aos aposentados, de acordo com os níveis salariais e seguindo os percentuais do pessoal da ativa. Dr. Derbly explicou também que a luta para conseguir os seus direitos é importante para os ativos e aposentados, mas existe um prazo [de 5 anos] para dar entrada nos processos, para que não haja prescrição das ações judiciais pelos participantes. As decisões só atendem as pessoas que entraram na Justiça, não sendo extensiva a todos os prejudicados nos seus direitos.

"Quando foi apresentada a proposta de repactuação pelo senhor Diego Hernandez, ela foi explicada em um DVD dizendo que quem aderisse a esse novo modelo te-

ria um incentivo de R\$ 15 mil, mas esta antecipação não é incentivo, mas sim indenização para a mudança de contrato. Esta questão da alteração do contrato de trabalho é ilegal. Segundo a atual legislação, se não houver uma concordância entre as partes, este não pode ser modificado. Ações na Justiça são cabíveis para reparar este erro contra as pessoas que repactuaram. A repactuação é um ato jurídico ilegal e inconstitucional", asseverou Derbly.

Em relação aos níveis salariais, o advogado explicou que há várias sentenças favoráveis aos aposentados, mas a Petrobrás recorreu em outras instâncias; nas ações que não permitem mais recursos estão sendo aplicadas multas pela Justiça e a Petrobrás está preferindo pagar os valores do que cumprir a decisão dos tribunais.

(JCL)

MONOPÓLIO ESTATAL VERSUS OLIGOPÓLIO PRIVADO

4. Monopólio Estatal versus Oligopólio privado.

Uma empresa estatal pode ser facilmente controlada pela sociedade.

Já um oligopólio privado, transnacional, é impossível de ser controlado.

Assim, a quarta proposta apresentada pela AEPET seria a recompra das ações da Petrobrás, vendidas na Bolsa de Nova Iorque.

5. Considerando que o volume de petróleo envolvido, dá para todos, os royalties devem ser distribuídos, de forma democrática, por todos os estados e municípios do país. Esta distribuição assegura a continuação dessa arrecadação porque os políticos não irão se submeter aos lobies para a sua extinção, como foi feito em águas profundas em todo o mundo

Os microbiolitos – O gerente da Petrobrás, Carlos Braga fez

uma exposição sobre o fantástico e custoso trabalho de pesquisa da Petrobrás, destacando, em especial, a formação da camada pré-sal, através da formação de sedimentos denominados de microbiolitos – colônia de cianobactérias mortas e calcificadas existentes em diversos continentes e lugares inimagináveis, como, por exemplo, nas estátuas na Praça Cinelândia, no Rio de Janeiro. Existem, também, no Golfo Pérsico, no Quênia, na Lagoa Salgada (RJ), e na Província Pré-Sal (Bacia de Santos). Foi com o profundo estudo da formação desses microbiolitos – depósitos minerais sedimentários que formam o petróleo (óleo e gás) – que a Petrobrás conseguiu os excelentes resultados na descoberta das áreas de alta produtividade como: Parati – 1-RJS-617; Tupi – 1-RJS-628; Carioca – 1-SPS-50; Caramba – 1-SPS-51; Guará – 1-SPS-55; Bem-Te-Vi –

1-SPS-52; Júpiter – 1-RJS-652; e Iara – 1-RJS-656.

Carlos Braga falou sobre as estratégias de desenvolvimento do Pré-Sal, divididas em atividades de conhecimento (Fase 0) e desenvolvimento definitivo, como começo previsto para 2010, com “meta de produção significativa” para 2017. A meta definitiva foi dividida em duas fases: 1A e 1B. A primeira, com previsão de implantar dez unidades de produção e a segunda a implantação de unidades adicionais. Ambas as fases terão como objetivo: aplicação de conceitos e tecnologias já dominadas com adaptações necessárias; realização de testes adicionais; implementação de soluções inovadoras; formação de recursos humanos, entre outros desafios.

Outras visões – Jean Paul Prates, abstraindo totalmente os interesses nacionais, defendeu a manutenção do atual marco

regulatório e, se opondo aos contratos de partilha e o de serviços, que garantem maior controle da União, defendeu o regime de concessões, mais favoráveis às empresas privadas, notadamente as anglo-saxônicas. Ele defendeu, também, a criação de uma nova estatal para administrar o pré-sal.

Aloísio Nóbrega falou sobre oportunidades para o Brasil com o pré-sal e elencou: grande aumento das reservas provadas; óleo médio-leve terá aumento do valor de mercado; a produção irá aumentar consideravelmente; haverá grande crescimento de demanda tecnológica; e escala sem precedente no Brasil. Nesse sentido, ele ressaltou que o pré-sal é intensivo em investimentos, e proporcionará competitividade à indústria nacional de bens e serviços.

(JCM)

PETROLEIROS REJEITAM PROPOSTA DA PETROBRÁS E DEFENDEM O PLANO PETROS

No dia 7/10, participantes da Petros (aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás), realizaram concorrida assembleia, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), para discutir a proposta da Petrobrás para o Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados ativos e aposentados. Estiveram presentes várias entidades como a AEPET, a FENASPE, a ASTAPE, os Sindipetros filiados à FNP (Frente Nacional dos Petroleiros), entre outras entidades representativas da categoria.

Na oportunidade, foi feito um minuto de silêncio em homenagem aos diretores da AEPET falecidos recentemente [Ruy Gesteira e Sydney Reis] e pelos quatro petroleiros mortos em acidente de trabalho em Alagoas. Foi esclarecido aos presentes sobre as ações judiciais dos trabalhadores, que estão em curso. Nenhuma delas até agora teve suas sentenças emitidas. O coordenador da Secretaria dos Aposentados do Sindipetro-RJ, Roberto Ribeiro, que também é conselheiro eleito da Petros, informou sobre a proposta da Petrobrás à FNP é o índice do IPCA de 6,17% para os ativos e os aposentados, além de um aumento real de 1,5% sobre os atuais funcionários sobre uma parcela – RMNR e um

abono de 80% sobre esta parcela. Ribeiro disse que 40% deste total já foi pago há dois meses atrás quando do adiantamento do PLR. Há ainda a proposta da tabela do Plano de Risco de 7,76% que a estatal está oferecendo para o pessoal da ativa.

Na avaliação de Roberto Ribeiro, a Petrobrás está discriminando os empregados da ativa “com uma forma de fraude nos salários”. Para ele, tal rotina está acontecendo há 12 anos e a estatal está “aperfeiçoando a fraude e incluiu a RMNR para suprir aqueles companheiros que não tinham aqueles 30% de periculosidade e insalubridade. E em cima disso, vem fazendo uma tabela em que alguns estão ganhando mais 3% ou 4% a mais e com uma agravante: este cálculo não desconta o INSS e nem para o fundo da Petros”.

O coordenador-geral do Sindipetro-RJ, Emanuel Cancelli, afirmou que os atuais funcionários da Petrobrás estão em uma situação pior do que os aposentados: “Eles estão dando agora abonos para os trabalhadores da ativa, mas este dinheiro não é descontado no INSS e na Petros e por isso os atuais petroleiros não estão descontando para o fundo de pensão. Apesar da dívida com os aposentados, estes

ainda têm um valor fixo para receber e os futuros funcionários estão sendo enganados com esses abonos que podem ter um percentual maior para os trabalhadores da empresa no presente, mas estão sendo roubados na sua aposentadoria futura”. Cancelli fez um chamamento à unidade dos petroleiros para rejeitar esta “proposta indecente da empresa”. Após os debates, a proposta da Petrobrás foi rejeitada pela maioria.

O advogado Castagna Maia fez uma palestra sobre o julgamento da Ação Civil Pública, na 18ª Vara do Rio de Janeiro, que cobra a milionária dívida da Petrobrás para com a Petros, que estaria em torno de R\$ 8 bilhões. Ele lembrou que o processo foi iniciado em 2001, por iniciativa de vários Sindipetros, tendo em vista o artifício matemático no Acordo dos Aposentados com a Petros, que se fosse aprovado seria lesivo aos participantes do fundo incorporados antes de 1970. Este morreriam antes de receber seus benefícios.

Dr. Maia afirmou que o juiz do caso não homologou todos os artigos do acordo, mas apenas quatro itens. Por esse motivo, a sentença judicial foi emitida em parte. A proposta da Petrobrás é pagar somente 6% ao ano sobre

o principal [R\$ 8 bilhões] e os aposentados só receberiam os recursos totais em 32 anos. “E neste tempo, todos estariam mortos devido a suas idades avançadas, mas a empresa decidiu pagar uma parte da dívida, mas em títulos como (NTN-B) com vencimentos a longo prazo. Estes papéis seriam como cheques para serem resgatados em 32 anos, com juros mínimos de 3% a cada seis meses e os aposentados nunca receberiam o principal da dívida”, destacou o advogado. Ele desmentiu a informação do Site da Petros de que houve acordo entre os aposentados e o fundo de pensão. A ação judicial continua em curso.

No dia 27/10, os aposentados realizaram assembleia no Sindipetro-RJ, para analisar as propostas da Petrobrás nas negociações do ACT. Na oportunidade, o diretor de Pessoal da AEPET, Pedro Carvalho, defendeu a luta contra as discriminações entre ativos e aposentados. Nesse sentido, ressaltou que a AEPET defende a rejeição do ACT proposto pela Petrobrás. Tendo em vista que as propostas da estatal não foram apresentadas oficialmente à FNP, não houve decisão, o assunto ficando para uma nova assembleia.

(JCL)

ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

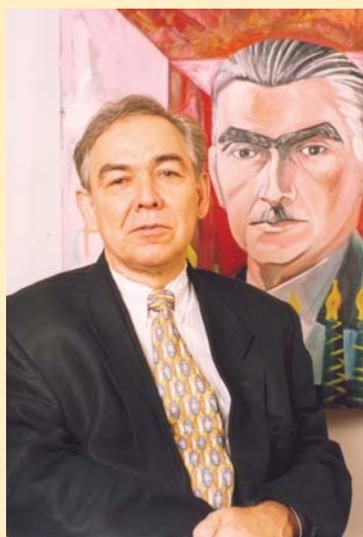
OUÇA



Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: www.aepet.org.br

Para receber nosso informativo eletrônico entre em contato com a AEPET ou acesse www.aepet.org.br





“Não resta qualquer dúvida que os EUA estão pressionando militar e diplomaticamente, conforme a circunstância, os países periféricos a adotarem políticas que amenizem seu gravíssimo problema. Instamos as autoridades brasileiras a não desprezarem os sinais na tela do radar”.

O SEMPRE PRESENTE E SERENO SYDNEY REIS

A AEPET recebeu diversas mensagens de solidariedade de lideranças sindicais de petroleiros e de outras categorias, autoridades estaduais, além de dirigentes partidários, entre outros, apresentando solidariedade à senhora Sônia Reis, viúva, e Dra. Elaine Santos, filha, na despedida ao saudoso Dr. Sydney Reis Santos, que faleceu no dia 04/10/2008.

Reis, como era carinhosamente chamado pelos seus pares na AEPET e por diversas lideranças, entre tantos méritos, se notabilizou pela serenidade, organização, paciência, análise profunda dos fatos e preocupação com a unidade dos petroleiros na defesa do Sistema Petrobrás, do Fundo de Pensão Petros, do corpo técnico da Petrobrás, e no intransigente combate aos leilões do nosso petróleo realizados pela ANP. Quanto à defesa do corpo técnico da Petrobrás, há que se ressalta a decisiva contribuição e empenho de Reis à recente vitória da readmissão, pela Petrobrás, dos empregados da extinta Interbrás, que ficaram vários anos desempregados devido ao processo neoliberal de desintegração do Sistema Petrobrás, iniciado na década de 1990.

Sinais na tela do radar

Em seu artigo “Sinais na tela do radar”, publicado em 6 de maio de 2005, na Tribuna da Imprensa, Sydney Reis, fez uma análise da difícil situação de suprimento de petróleo por parte dos Estados Unidos da América do Norte (EUA) e da, não por acaso, inconsequente política externa desse país em relação ao mundo, especial-

mente ao Oriente Médio, região riquíssima em petróleo. Reis, partindo da análise da situação norte-americana, demonstrava no seu artigo que as nossas autoridades subestimam a difícil conjuntura internacional no setor petróleo quando insistem na política de leiloar e entregar o nosso estratégico petróleo como se fosse um produto qualquer. “Não resta qualquer dúvida que os EUA estão pressionando militar e diplomaticamente, conforme a circunstância, os países periféricos a adotarem políticas que amenizem seu gravíssimo problema. Instamos as autoridades brasileiras a não desprezarem os sinais na tela do radar. Especialmente porque a nosso favor está a eminente auto-suficiência na produção de petróleo pela Petrobrás que, se adequadamente gerida, poderá nos garantir tranquilidade pelos próximos 15 anos. Então, para que a 7ª Rodada de Licitações?”, analisava Sydney Reis.

O presidente da AEPET em exercício, Diomedes Cesário, lembrando sua última conversa com Reis, ao telefone, disse que o ex-diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET era “educado, dedicado, perfeccionista, um perfeito *gentleman*. Mas, antes de tudo, o melhor amigo que alguém poderia desejar”. “Na AEPET, recusou inúmeras vezes o convite para ser o presidente da entidade. Para ele não tinha a menor importância, pois era o presidente de fato, sem sentir a necessidade de qualquer louro por sê-lo. Era um formulador, que vê o problema mesmo antes dele surgir e parte em busca da solução”, destacou Diomedes. Ele

afirmou que Sydney Reis, devido sua dedicação e humildade, “vive e assim permanecerá eternamente entre todos aqueles que lutam por um mundo melhor”.

O diretor de Comunicações da AEPET, Fernando Siqueira, declarou: “Consola-me o fato de que o Sydney morreu no paraíso que ele criou, cultivou e que amava a ponto de falar sobre ele com os olhos iluminados quando tomávamos o tradicional vinho com galeto na Avenida Central. Consola também o fato de que ele amava a vida como amava a família, as pessoas, os amigos e a AEPET, que ele tanto ajudou a se tornar um símbolo de luta em defesa da Petrobrás e da soberania nacional. Perdi um irmão que me ajudava a dar equilíbrio aos meus textos, retirando deles qualquer mágoa, qualquer raiva, deixando apenas a objetividade e o equilíbrio. Acho que Deus fundou uma AEPET no Céu e convocou o Heitor, o Ruy e agora o Sydney para viabilizá-la. Mas, certamente, Ele nos dará a luz e força para suprir a grande falta que eles farão, a fim de que possamos continuar a levar a bandeira que eles tanto souberam conduzir. Que Deus os cubra de bênçãos e amor”.

O coordenador do CDPP (Comitê em Defesa dos Participantes do Plano Petros), Ronaldo Tedesco, declarou que Sydney Reis “foi um companheiro, amigo e mestre que esteve do nosso lado com garra e espírito de guerreiro, solidário e fiel. Fará muita falta em nossos próximos embates”.

O economista Adriano Benayon disse que Sydney “fará muita falta,

e haverá que supri-la de algum modo. Meus sentimentos à família, aos amigos e aos companheiros de luta desse valoroso patriota”.

O Grupo dos 27 (ex-funcionários da extinta Interbrás, que recentemente foram anistiados e reingressaram aos quadros de empregados da Petrobrás), através de Leila Pezzin, enviaram mensagem de pesar: “Com seu jeito tranquilo e ouvinte atento, colocou sua experiência a serviço de tantos quantos chegassem a ele na busca de justiça ou na luta por um ideal. Para o Grupo dos 27, Sydney foi um grande incentivador. Antes mesmo de promulgada a Lei 10790/03, ele aconselhou, orientou e participou ativamente da elaboração do Dossiê do G27. Pronto o Dossiê, Sydney se encarregou de agendar e construir uma reunião no Sindipetro-RJ, onde estavam presentes os dirigentes do Sindicato e da FUP. O G27 estava muito bem documentado e o Dossiê foi um ponto forte de nossa anistia. Durante todo o processo de Anistia, Sydney esteve presente e ativo, intercedendo por nós junto às autoridades e à Petrobrás e à AEPET. Sofreu e vibrou por nós de coração. O G27 foi uma das suas muitas bandeiras. Perdemos um amigo e um ser humano íntegro e digno. Um idealista. Um guerreiro. A ele, nosso reconhecimento, estima e saudade. Sydney estará sempre em nossas orações. Deus o abençoe”. (G27/Leila Soares Pezzin/E&P/EXP/TABMEQ)

Leia mais no portal da AEPET, na seção notícias.

Edson Monteiro *

Era 2ª feira, dia 22 de setembro, quando ao passar pela AEPET para proceder à revisão do AEPET DIRETO, encontrei Sydney Reis. O beijo na face do irmão, tão habitual entre nós, foi seguido por um convite seu para que nos achegássemos a uma primeira sala da Associação, mais reservada, pois ele precisava conversar comigo. Estava trajado a rigor, como disse com uma certa ironia, pois seria o mestre de cerimônias da outorga a Ildo Sauer e a Paulo Metri do título de sócios honorários da AEPET, prevista para mais tarde.

Beirava umas 16 horas quando a conversa se iniciou. Foi longa, por cerca de uma hora. Nada me perguntou, embora notasse o meu abatimento. Tranquilizei-o, explicando que meu emagre-

cimento visível era natural, não se prendia a qualquer patologia, apenas cansaço da luta difícil dos últimos meses.

Ele, por seu turno, adiantou-me a sua situação de saúde. Dizia estar sob controle, mas soubera de um aneurisma na aorta, para ele algo equivalente a ter uma bomba no corpo. Grande parte da conversa versou sobre a luta dos últimos anos na Associação, sobre a vontade de colocar as coisas em ordem e o papel exemplar de Heitor Pereira no apoio à sua luta de tantas gestões diretivas. Era uma conversa de reminiscências. Havia uma certa nostalgia, talvez melancolia, no ambiente. Não queria ser mais diretor, no máximo membro de um Conselho. Pensava somente no descanso de Silva Jardim, onde a

natureza e o canto dos passarinhos — somados ao convívio com a gente simples da roça — gratificavam a sua alma e ajudavam-no a compreender a vida. Fiz a revisão do A.D. e voltei a vê-lo. Descemos juntos e nos despedimos na esquina da Nilo Peçanha, ele para a ABI, eu para o Clube de Engenharia.

Comprometemo-nos a um jantar nos próximos dias...

Mal sabia eu que sua história, poucos dias depois, se encerraria naquele seu santuário, talvez como ele próprio o quisesse. No sábado, dia 4 de outubro, ficou-nos a dor da saudade. Uma saudade que, para mim, e que me perdoem os leitores o tom tão pessoal, será eterna, porque Sydney foi o mais fraternal dos meus

amigos da fase adulta. Levou com ele algumas de nossas confidências. Para os petroleiros e para os brasileiros nacionalistas — onde me enquadro — sua ausência é um acontecimento irreparável. Lembrando-nos da perda recente de Heitor e de Gesteira, dois baluartes que nos foram levados de sopetão, deixarmos de ter Sydney Reis representa a extensão de uma fatalidade que não se prende à lacuna que ele deixa na Associação por que tanto trabalhou, mas à luta pelas coisas do Brasil.

O luto da AEPET é o luto de todos os brasileiros que amam sua terra e que dedicam seu tempo ao apregoamento da verdade a favor do seu povo.

Que ele, onde possa estar, viva a paz que sempre nos desejou.

***Edson Monteiro (eng. e escritor, autor do premiado livro 'O Despertar do Nativismo Brasileiro - Tomo II')**

